

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

LETÍCIA DE SOUZA RIBEIRO

**EFEITOS À SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA DO AGENTE DE SEGURANÇA
PENITENCIÁRIA DECORRENTES DO TRABALHO**

**TEÓFILO OTONI - MG
2019**

LETÍCIA DE SOUZA RIBEIRO

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI

**EFEITOS À SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA DO AGENTE DE SEGURANÇA
PENITENCIÁRIA DECORRENTES DO TRABALHO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Psicologia do
Centro Universitário Doctum de Teófilo
Otoni, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em
Psicologia**

**Área de concentração: Análise do
Comportamento**

**Orientador Prof. João Carlos Muniz
Martinelli**

TEÓFILO OTONI - MG

2019



CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado EFEITOS À SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA DO AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DECORRENTES DO TRABALHO, elaborado pelo aluno LETÍCIA DE SOUZA RIBEIRO foi aprovado por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo curso de Psicologia do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni como requisito parcial para a obtenção do título de

BACHAREL EM PSICOLOGIA

Teófilo Otoni, 06 de dezembro de 2019

Prof. Orientador

Examinador

Examinador

Dedico esse trabalho ao meu querido Thássio que tornou-se minha fonte de inspiração para realização desse TCC e que a todo momento acreditou no meu potencial. E também a todos os demais agentes de segurança penitenciária que são os alvos desse trabalho.

*Não considere nenhuma
prática como imutável. Mude e esteja pronto
a mudar novamente. Não aceite verdade
eterna. Experimente.*

-B. F. Skinner

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Relação dos artigos selecionados.....	27
Tabela 02: Distribuição da frequência de periódicos de publicação.....	29
Tabela 03: Área de conhecimento dos autores.....	30
Tabela 04: Distribuição das variáveis relativas à classificação dos instrumentos.....	32
Tabela 05: Distribuição das variáveis relativas ao local de coleta.....	33
Tabela 06: Distribuição dos valores totais das variáveis antecedentes à ocorrência do adoecimento físico e/ou psicológico no ASP.....	34
Tabela 07: Distribuição dos valores totais das variáveis comportamentais e cognitivas.....	36
Tabela 08: Distribuição dos valores totais das variáveis biológicas.....	36

RESUMO

A atenção ao adoecimento ocupacional faz parte das preocupações governamentais e institucionais, devido a sua alta prevalência e custos relacionados a afastamentos do trabalho, aumento de outros riscos ocupacionais e alto custo com os cuidados à saúde do trabalhador. Inclusive com relação aos agentes de segurança penitenciária (ASP). Pois como aponta a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2001) a função exercida por um ASP é de risco, sendo essa profissão considerada como uma das mais vulneráveis ao estresse ocupacional. **Objetivo:** Caracterizar as variáveis associadas à saúde física e psicológica do agente de segurança penitenciária conforme estudos Nacionais. **Método:** Inicialmente foi realizada uma pré-análise dos materiais e uma leitura flutuante das publicações. Em segundo plano, realizou-se uma leitura mais profunda com o objetivo de identificar os materiais que estavam compatíveis com o tema proposto. Por fim, foi realizada uma categorização dos materiais e construção de uma planilha para auxiliar no desenvolvimento do trabalho. Assim, dos 65 periódicos nacionais levantados no portal de dados Google Acadêmico, 23 foram selecionados. **Resultados:** Estudos selecionados entre os anos 2006-2019; destacaram-se as Rev. Bras. de Ativ. Física e Saúde; Rev. Cien. e Saúde Coletiva e a Rev. Psic., Cien. e Profissão; houve maior prevalência nas áreas da Psicologia 56,5% e da Ciências das Saúde 30,4%; destacaram-se as pesquisas quali-quantitativa 43% e qualitativas 26%; maiores pesquisas em Penitenciárias e Presídios; destacaram as variáveis antecedentes ao adoecimento, falta de reconhecimento pessoal; preconceito e falta de materiais 10%, ambiente insalubre e precário 11%; nas variáveis comportamentais e cognitivas, estresse ocupacional 16%, síndrome de *burnout* 12% e desconfiança generalizada 10%. **Conclusão:** Através do estudo foi possível observar que o trabalho do agente de segurança penitenciária exerce grande relevância para a sociedade. Por esse motivo, mostra-se a necessidade de novos estudos abordando a temática, maior atenção do Estado no que tange desenvolver melhorias no ambiente prisional que é precário e na saúde do agente, na promoção de assistência médica e psicológica.

Palavras-chave: Agente de segurança penitenciária. Doenças ocupacionais. Análise do Comportamento. Saúde física e mental

ABSTRACT

Attention to occupational illness is part of the governmental and institutional concerns, due to its high prevalence and costs related to time off from work, increase in other occupational risks and high cost with worker's health care. Even with regard to prison security agents (ASP). As the World Health Organization (WHO) (2001) points out, the function performed by a PHC is of risk, and this profession is considered one of the most vulnerable to occupational stress. Objective: To characterize the variables associated with the physical and psychological health of the prison security agent according to national studies. Method: Initially, a pre-analysis of the materials and a floating reading of the publications were performed. In the background, a deeper reading was performed in order to identify the materials that were compatible with the proposed theme. Finally, a categorization of the materials and construction of a spreadsheet were performed to assist in the development of the work. Thus, of the 65 national journals collected in the Google Academic data portal, 23 were selected. Results: Studies selected between the years 2006-2019; we highlight the Rev. Bras. de Ativ. Physics and Health; Rev. Cien. e Saúde Coletiva and Rev. Psic., Cien. and Profession; there was a higher prevalence in the areas of Psychology 56.5% and Health Sciences 30.4%; qualitative and quantitative researches 43% and 26%; greater researches in Penitentiaries and Prisons; they highlighted the antecedent variables to the illness, lack of personal recognition; prejudice and lack of materials 10%, unhealthy and precarious environment 11%; in behavioral and cognitive variables, occupational stress 16%, burnout syndrome 12% and general distrust 10%. Conclusion: Through the study it was possible to observe that the work of the penitentiary security agent has great relevance for society. For this reason, it is shown the need for new studies addressing the theme, greater attention of the State in terms of developing improvements in the prison environment that is precarious and in the health of the agent, in the promotion of medical and psychological assistance.

Keywords: Penitentiary security agent. Occupational diseases. Behavior Analysis. Physical and mental health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Surgimento e evolução histórica das penitenciárias	9
2.2 Funções do agente de segurança penitenciária.....	11
2.2 Evolução histórica dos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais	11
2.2.1 Acidentes do trabalho.....	12
2.2.2 Doenças Ocupacionais.....	13
2.3 O trabalho e sua relação com o adoecimento	15
2.4 Doenças ocupacionais no Brasil	16
2.5 O presenteísmo como forma de enfrentamento do adoecimento ocupacional	17
2.6 A Psicologia no campo da saúde/doença ocupacional	18
4 MÉTODO.....	23
4.1 Fontes.....	24
4.2 Procedimentos	24
5 RESULTADOS.....	25
5.1 Distribuição da frequência de periódicos onde foram publicados os artigos	27
5.1.2 Distribuição das variáveis metodológicas utilizadas na coleta de dados.....	29
5.1.3 Distribuição das variáveis relativas à classificação dos instrumentos utilizados na pesquisa	29
5.1.4 Distribuição das variáveis relativas ao local de coleta da pesquisa.....	31
5.1.5 Variáveis antecedentes ao adoecimento físico e/ou psicológico no ASP.....	32
5.1.6 Distribuição das Variáveis Comportamentais e Cognitivas	33
5.1.7 Distribuição das Variáveis Biológicas	34
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES	57
APÊNDICE A	57
APÊNDICE B	59

1 INTRODUÇÃO

O tema da saúde e doença ocupacional faz parte das preocupações governamentais e institucionais, devido a sua alta prevalência e custos relacionados a afastamentos do trabalho. Sendo esse um problema que tem crescido cada vez mais na pós-modernidade com o avanço das tecnologias e a maior cobrança das empresas na multiplicidade de aptidões do empregado para o desempenho das funções nas organizações, deixando assim o trabalhador vulnerável ao adoecimento.

A doença ocupacional é um adoecimento não imediato, mas que ocorre de forma tardia, gradual e de natureza patológica, desenvolvendo-se com o passar do tempo (BUDEL, 2012). Tal adoecimento ocorre, inclusive, com relação aos agentes de segurança penitenciária (ASP), pois segundo a Organização Mundial de Saúde, a função exercida por um ASP é de risco, sendo essa profissão considerada como uma das mais vulneráveis ao estresse ocupacional (BRASIL, 2001).

Como funcionário público com deveres de vigiar interna e externamente os locais presidiários, assim como também estar em constante alerta se atentando a qualquer tipo de barulho ou ação diferente do comum dentro do ambiente ocupacional, esse vive de certa maneira em cárcere, assim como os detentos.

Por conseguinte, torna-se relevante discutir a realidade à qual os ASP estão expostos e aos tipos de doenças que podem ser desencadeadas a partir da relação entre trabalho e adoecimento no sistema prisional. Assim, o estudo compreende uma revisão que tratará de levantar dados referentes às variáveis de publicação; descrição do método de pesquisa aplicado; e a identificação e descrição das possíveis variáveis associadas a problemas de saúde física e psicológica no agente de segurança penitenciária em decorrência do trabalho. Desse modo, foram selecionados 23 periódicos científicos para a composição do estudo, através de uma busca em base de dados eletrônicos e biblioteca. Nesse, realizou-se um estudo bibliográfico, descritivo e de natureza qualitativa-quantitativa, composto por gráficos e tabelas na perspectiva de melhor apresentar os resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Surgimento e evolução histórica das penitenciárias

Nos séculos XVI e XVII, surgiram as primeiras prisões com a finalidade de conter àqueles que cometiam atos infracionais contra a lei, ficando privados de liberdade até o momento da sentença final. Tendo no final do séc. XVII a prisão como um modelo de punição para as pessoas que causavam algum tipo de risco para a sociedade (MAGANINI, 2015). Até o século XVIII, o direito penal era marcado por penalidades barbárias, em que o condenado era mantido sobre custódia, sofrendo penas desumanas, torturas e violências físicas, como forma de pagar pelos erros cometidos em sociedade (ENGBRUCH; SANTIS, 2012).

A partir do momento em que atos ultrapassam o controle social, a lei interfere diretamente para que se possa promover novamente a ordem na sociedade. Assim, a primeira vez em que foi aplicado um modelo de prisão semelhante ao modelo atual, deu-se na Idade Média (MACHADO. *et al.* 2013). Os primeiros presídios foram criados para recolher das ruas os mendigos, as prostitutas, jovens delinquentes e todo indivíduo que pudesse vir a trazer algum incômodo à sociedade (SILVA, 2012), ou à ordem social. Esses eram abrigados nas prisões para exercerem trabalhos, todos deveriam produzir, sendo essa a maneira de “corrigir” os mesmos (SILVA, 2012).

O sistema penitenciário no Brasil teve sua base inicial a partir do Código Penal no ano de 1890/1891 com a finalidade de aplicar uma pena privativa de liberdade do sujeito com pena de no máximo 30 anos de reclusão, retirando as penas perpétuas e coletivas e inserindo as penas em prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e perda de emprego (MACHADO, *et al.* 2013).

Todavia, alguns doutrinários apontaram falhas existentes na lei. Assim, criou-se a Lei de Execução Penal 7.210 de 11 de julho de 1984, a fim de melhorar as penas aplicadas, deixando o sistema penal mais harmonizado, sendo esta a lei que se encontra em vigor atualmente (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012). Após a inserção da mesma, ficou decretado apenas o cumprimento de penas comuns, como as privativas de liberdade, as restritivas de direitos e a aplicação de multa, levando em consideração o contexto do crime realizado (BRASIL, 1984).

Essa Lei visa a criação de setores que possam receber cada detento de acordo com a pena de detenção recebida, de modo a diminuir a quantidade de presos em um mesmo local e como forma de evitar que criminosos mais rebeldes dividam o mesmo espaço com aqueles que podem ter cometido atos infracionais mais leves. Sendo divididos em: penitenciárias; colônia agrícola, industrial ou similar; casa do albergado; hospital de custódia e tratamento psiquiátrico; e a cadeia pública (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012).

Assim, de acordo com a Lei de Execução Penal 7.210 de 11 de julho de 1984, no art. 82 é dito que os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. Estes locais são divididos em penitenciárias, com base no art. 87 que é destinada ao condenado e presos provisórios com pena de reclusão em regime fechado; Há também no art. 91 a Colônia agrícola, Industrial ou Similar que é destinada ao cumprimento de pena em regime semi-aberto; O art. 93 em que a Casa do Albergado é destinada ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação aos finais de semana; O art. 96 trazendo o Centro de observação onde se realizam os exames gerais e criminológicos; O art. 99, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico que é destinado aos inimputáveis e semi-imputáveis e a Cadeia Pública, disposta no art. 102, que tem como função o recolhimento de presos provisórios (BRASIL, 1984).

Consequente às leis impostas para o gerenciamento dos setores privativos de liberdade ao condenado, criou-se o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária CNPCP, (2011 *apud* MAGANINI, 2015) que dispõe que

os gestores da política criminal e penitenciária têm o desafio de buscar bons resultados num contexto onde há uma descrença de se impulsionar significativas mudanças, o que aliado ao oportunismo legislativo e à lucratividade da mídia, alimentam uma crença de constante fatalismo que incita um sentimento de vingança para se fazer justiça social. Os resultados destas distorções favorecem a violência institucional e a “justiça” extrajudicial, ampliando a ideia de controle e encarceramento.

Entretanto, apesar da lei que apresenta como deve ser realizado o trabalho e a conduta do servidor, na atualidade ainda existe uma falha sobre o que está previsto em lei e o que realmente é aplicado, pois ainda existe o sentimento de vingança e encarceramento para quem descumpra a mesma (ENGBRUCH; SANTIS, 2012).

2.2 Funções do agente de segurança penitenciária

De acordo com a Lei nº 10.693, de 25 de Junho de 2003, foi criada a Carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e dá outras providências. Segundo o Art. 2º é da competência do servidor Agente de Segurança Penitenciária o dever de vigiar os detentos; mantê-los sobre custódia; guardar em cárcere privado de liberdade; conceder assistência e orientação os sujeitos que forem recolhidos aos setores prisionais, das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a esses quesitos.

No que tange o Art. 3º, o ingresso na Carreira de Agente Penitenciário Federal se dará em uma primeira classe, conforme aprovação do sujeito em concurso público específico, exigindo-se o certificado de conclusão do ensino médio para se efetivar ao cargo (BRASIL, 2003).

2.2 Evolução histórica dos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais

No século IV, deu-se início aos primeiros estudos abordando o adoecimento ocupacional. Aristóteles (384-322 a.C.) foi o primeiro filósofo a abordar o tema, o mesmo cuidou da assistência e prevenção das doenças ocupacionais dos trabalhadores das minas. Em seguida, Platão (428-348 a.C) constatou a ocorrência de enfermidades que acometiam determinados trabalhadores nos encargos de suas funções. Posterior a isso, Hipócrates (460-375 a.C) expôs a origem das doenças ocupacionais que acometiam os trabalhadores das minerações (ANVISA).

Nos anos seguintes, diferentes estudiosos buscaram falar sobre os acidentes do trabalho e das doenças ocupacionais, mas somente em 1.700, surgiu um estudioso que foi considerado o pai da Medicina do Trabalho, Bernardino Ramazzini, que publicou o livro “De morbis artificum diatriba”, no qual o mesmo descreve 54 doenças relacionadas ao trabalho (BAGATIN; KITAMURA, 2005). A obra desse autor foi texto inicial para a medicina preventiva até o início da Revolução Industrial, que se apresentou causando grande impacto no meio ambiente e causando diversas doenças ocupacionais (TIMBÓ; EUFRÁSIO, 2009).

Nessa época, não existia uma lei que protegesse aqueles que sofriam um adoecimento laboral, ficando assim a mercê de assistência e assalariamento diante afastamento. Os trabalhadores executavam suas tarefas em locais com inexistência

de ventilação; suas jornadas de trabalho eram extremamente longas e cansativas; o tempo para se alimentar era curto; o salário das mulheres e crianças era extremamente baixo; e, constantemente, ocorriam acidentes dos trabalhadores nas máquinas (TIMBÓ; EUFRÁSIO, 2009).

Além disso, as más condições de trabalho fizeram com que se discutisse de forma mais clara essas questões. Assim, a partir das manifestações surgiu o movimento ludista e trabalhista, pelos quais se corporifica a reação às más condições de trabalho. Em amplo modo, as primeiras leis de higiene e segurança foram abordadas somente na segunda metade do século XIX, mas a legislação mais detalhada, com características atuais aparece somente no século XX, consolidando somente após o aparecimento da Organização Internacional do Trabalho, em 1919 (ARAÚJO, 2010).

Assim, no início do século XX foram criadas as primeiras legislações sociais específicas sobre a saúde do trabalhador, que voltava-se apenas para o corpo físico. Tendo somente na segunda metade do século XX o surgimento da preocupação com a saúde mental e aprofundamento dos estudos sobre doenças decorrentes do trabalho e suas causas diretas e indiretas, explorando as noções de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais (ARAÚJO, 2010).

2.2.1 Acidentes do trabalho

O acidente de trabalho trata-se de uma desventura que ocorre em razão do trabalho, sendo decorrente de uma função realizada pelo trabalhador que lhe causa morte, incapacidade temporária ou permanente, com exposição de lesão corporal ou desordem funcional (POLIZEL, 2014). De acordo com Castro e Lazzari (2018) o acidente de trabalho é causado por um agente externo, não sendo o acidente uma enfermidade congênita, mas um fato que viola a integridade física ou mental do trabalhador, causando-lhe prejuízos que resultam em lesão corporal ou danos psicológicos, sendo esses temporários ou não, ou que causem a morte.

Conforme emprego da Lei nº 6.367 de 19 de Outubro de 1976, segundo o Art. 2º, o acidente do trabalho é aquele que ocorre pela operação das atividades trabalhistas a serviço da empresa, que provoque lesão corporal ou perturbação funcional, capaz de causar a morte, ou perda definitiva ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1976).

Anos à frente, surge a Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991, com um novo conceito para acidente de trabalho, sendo o art. 19, pontuando que acidente de trabalho é aquele que ocorre pela execução do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico, que cause lesão corporal ou perturbação funcional, causando a morte ou a perda/redução, permanente ou temporária, da capacidade para a execução das funções do trabalho (BRASIL, 1991).

Segundo o Art. 21, fica equiparado ao acidente do trabalho, I – o acidente ligado ao trabalho, que apesar de não ser a única causa, pode ter relação direta com a morte do trabalhador, ou causando redução ou perda da capacidade para execução das funções trabalhistas, ou que produza lesão que exija assistência médica. II – o acidente que seja sofrido no local de trabalho em consequência de: agressão, sabotagem ou ato terrorista praticado por outrem; ofensa física, a partir de brigas relacionadas ao trabalho; imprudência ou negligência praticada por outrem; desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos; III – doenças por contaminação no ambiente de trabalho; IV – acidente sofrido mesmo que tenha sido fora do local e do horário de trabalho, em que o trabalhador estiver realizando algum serviço em nome da empresa; e em viagem a serviço da empresa (BRASIL, 1991).

Assim, a partir de qualquer acidente de trabalho, o trabalhador dispõe de um seguro social, em que a Previdência Social ampara o trabalhador que se ausenta das suas atividades laborais por tempo determinado, indeterminado ou definitivo, garantindo assim ao trabalhador um benefício que lhe garante sustento durante o período de incapacidade para a execução das funções laborais. Portanto, a depender da extensão do dano causado ao trabalhador, a Previdência Social tem o dever, a partir do INSS de conceder ao trabalhador o benefício no qual o mesmo se encaixe, podendo ser o auxílio-doença acidentário, o auxílio-acidente ou a aposentadoria por invalidez acidentária (MUSSEI, 2017).

2.2.2 Doenças Ocupacionais

Com o avanço da tecnologia e as novas implantações nos modelos de gestão, o foco da produção que antes era em série e com grandes reservas de produtos, mudou, passando a ter como principal foco o atendimento imediato da demanda do mercado, ainda que com poucos produtos para venda. Assim, a força de trabalho sofreu grande impacto, culminando com o surgimento de novas

modalidades de doenças ocupacionais (ADORNO JUNIOR; SOUZA, 2008). Brandão (2015) aponta que diversas doenças ocupacionais são detectadas e analisadas como doenças comuns, todavia, o autor cita que morre cerca de onze indivíduos por dia por acidentes do trabalho, sendo esse um problema que assola o Brasil.

O trabalho e a saúde estão intimamente relacionados, de modo que as doenças ocupacionais não devem ser analisadas de forma separada das recentes transformações tecnológicas no mundo do trabalho e das novas modalidades de produção laboral (ADORNO JUNIOR; SOUZA, 2008). Contudo, as doenças ocupacionais continuam, em grande medida ocultas, embora essas sejam causadoras seis vezes mais pela morte de pessoas do que os acidentes de trabalho (ROCHA; BUSSINGUER, 2016).

Pode-se conceituar a doença ocupacional como um adoecimento não imediato, mas que ocorre de forma tardia, gradual e de natureza patológica, desenvolvendo-se com o passar do tempo (BUDEL, 2012). De acordo com Monteiro e Bertagni (2016) as doenças ocupacionais são desencadeadas a partir das funções executadas pelo trabalhador, sendo essas decorrentes de microtraumas que no dia a dia tornam vulneráveis as defesas orgânicas do sujeito e que em longo prazo causam o adoecimento.

As doenças ocupacionais não ocorrem de forma agressiva nem súbita, mas de forma lenta, estando o trabalhador exposto ao adoecimento de forma gradativa, tendo os efeitos do adoecimento por se mostrarem com o passar do tempo. Essa ocorre relacionada de forma direta ou indireta às funções do trabalho (ROSA, 2007).

Segundo o art. 20 da Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991, seguindo o inciso I: É considerada doença ocupacional aquela que é provocada pela realização da operação do trabalho e que se encontra nas diretrizes do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. (BRASIL, 1991). Inciso II: Doença ocupacional é aquela que está relacionada diretamente ao trabalho. No 2º parágrafo, é dito que existem os casos excepcionais, onde a doença não está prevista nos incisos I e II, mas que ocorre enquanto resultante da relação direta com o trabalho. Desse modo, a Previdência social deve considerar a doença como um acidente trabalhista (BRASIL, 1991).

Portanto, segundo o Art. 2º da Lei de nº 8.213 de 1991, ainda que não conste no Regulamento da Previdência Social, a mesma tem o dever de reconhecer o adoecimento desde que haja o nexo causal comprovando que o adoecimento foi desencadeado pelas condições de trabalho (BRASIL, 1991).

2.3 O trabalho e sua relação com o adoecimento

O trabalho faz parte da vida dos seres humanos desde os primórdios. Através dele as sociedades foram capazes de se desenvolver continuamente até o presente momento (FERREIRA; PEIXOTO, 2012). Todavia, a partir de um determinado momento, o trabalho deixou de ser visto apenas enquanto um aspecto satisfatório e significativo na vida do trabalhador, passando a ser reconhecido também enquanto um agente importante na constituição do adoecimento (BORSOI, 2007).

De acordo com Camargo (2017) a forma como se relaciona o trabalho, o ser humano e a organização além de ser dialética, apresenta-se de forma complexa. Isso porque ocorrem diversas variáveis dentro dessa relação. Há o prazer, o desprazer, vitórias, perdas, formação de vínculos, desempenhos, crescimento, uma variedade de comportamentos e no meio de tudo isso, pode ocorrer o adoecimento.

Com o crescimento da tecnologia e as inovações decorrentes dessa, houveram diversas mudanças no âmbito trabalhista, fazendo com que o ser humano buscasse cada vez mais estar apto para a realização de uma multiplicidade de atividades. Juntamente com essa vivacidade em estar em constante crescimento, o aparecimento de adoecimentos físicos, emocionais e psicológicos torna-se crescente, afetando a vida dos sujeitos (RIBEIRO, *et al*, 2010).

Logo, essa necessidade de adaptação do trabalhador aos novos modelos gerenciais, predispõe no mesmo, sentimentos de frustração, perda da subjetividade, desencadeamento de ansiedade, além de comprometimento nas habilidades sociais (KADOOKA, *et al.*, 2013). Concedente a esses fatores, as mudanças nas jornadas de trabalho também interferem diretamente na saúde do trabalhador, pois as altas demandas para cumprimento em tempo curto geram no mesmo tensão, estresse, preocupação excessiva e baixa autoestima (LACAZ, 2016).

Como pontuado por Fernandes e Marziale (2014) a saúde do trabalhador tornou-se gravemente exposta a riscos de acidentes de trabalho, doenças físicas, psicológicas e contaminação, diante das diversas mudanças que têm ocorrido mundialmente nas organizações, com o crescimento tecnológico e a busca por profissionais com um leque de habilidades. Apesar de com tais avanços ter havido um maior cuidado com determinadas situações, novas doenças ocupacionais surgiram. Logo, estas podem impossibilitar temporariamente ou definitivamente que o trabalhador possa retornar ao trabalho (PORTE, 2013).

Por conseguinte, a partir do adoecimento, novos sintomas podem surgir, como por exemplo dores físicas causadas pela tensão, que em decorrência disso podem contribuir para o desencadeamento de sintomas depressivos, juntamente com sentimentos de angústia e ansiedade, fazendo com que o sujeito vá perdendo aos poucos sua identidade (TORRES, *et al.*, 2011).

Não obstante, muitas vezes, a instabilidade do emprego e as condições do trabalho que podem ser precárias e insalubres, geram no indivíduo a vulnerabilidade ao adoecimento (TORRES, *et al.*, 2011). Desse modo, os adoecimentos ocupacionais são consequentes da profissão exercida ou diante das condições em que o trabalhador é exposto para a realização da função (BRASIL, 2001). Portanto, as doenças ocupacionais são acidentes de trabalho, pois as mesmas não são esperadas de ocorrência. (PORTE, 2013).

2.4 Doenças ocupacionais no Brasil

Frequentemente, o local de trabalho pode desencadear adoecimento no trabalhador, podendo esses se apresentar sobre forma de poeiras, ruídos, doenças infecciosas, produtos químicos, além da ocorrência de transtornos mentais (BRASIL, 2017).

Galafassi (1998 *apud* AIRES, 2017) relata que as doenças ocupacionais mais frequentes no Brasil estão conectadas às mais diversas profissões, sendo elas:

Doenças Ocupacionais por Repetição: Lesão por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).
Doenças Ocupacionais Respiratórias: Asma Ocupacional, Silicose, Antracose, Bissinose, Siderose.
Doenças Ocupacionais de Pele: Dermatose Ocupacional, Câncer de Pele.
Doenças Ocupacionais Auditivas: Surdez.
Doenças Ocupacionais de Visão: Catarata, Desgaste da Visão.
Doenças Ocupacionais Psicossociais: Depressão, Estresse, Ataques de Ansiedade, Síndrome do Pânico, Síndrome de *Burnout*.

Desse modo, as doenças ocupacionais podem ser divididas em três grupos, sendo esses: Grupo I: adoecimentos em que o trabalho se apresenta como causa de intoxicações agudas. Grupo II: doenças que podem ter o trabalho como um contribuinte de risco, mas não primordial no aparecimento de doenças comuns, em que o nexos causal é de natureza fisiológica ou biológica, como por exemplo, a hipertensão e os cânceres, que podem se intensificar em decorrência do trabalho. E

grupo III: as doenças em que o trabalho opera enquanto um desencadeador de uma doença, de um distúrbio latente (sendo então uma doença incubada que pode vir à tona se juntada às más condições de trabalho), ou como agente intensificador de uma doença já existente. Nesse grupo se enquadra as doenças mentais, de pele e respiratórias (BRASIL, 2001).

2.5 O presenteísmo como forma de enfrentamento do adoecimento ocupacional

Segundo Camargo (2017), podemos definir o presenteísmo como uma condição em nível de presença física do trabalhador em seu ambiente de trabalho. Todavia, essa presença não se apresenta integralmente e satisfatoriamente, pois o mesmo se mantém presente ali por necessidade, porém pode estar tomado em preocupações, adoecimento físico e/ou psicológico, o que faz com que o mesmo não se dedique à sua função e não a desempenhe corretamente.

Outros autores como Oliveira, et al (2016), definem o presenteísmo como um adoecimento que só ocorre no ambiente ocupacional. Este se caracteriza pela presença do trabalhador em seu ambiente de trabalho, mas estando incapaz de estar desempenhando as suas funções seja por condições na sua saúde física ou psicológica. Essa presença indevida do profissional em seu ambiente de trabalho pode lhe trazer agravos à saúde, além de comprometer toda a organização de trabalho.

De acordo com Grativol (2008, *apud* Altoé, 2010), o sujeito que pratica o presenteísmo, tem como característica a insegurança, o sentimento de incompetência e conflito entre os colegas de trabalho; trabalham com desprazer; não produzem bem na organização, com baixa eficácia e efetividade; por terem medo de serem demitidos, não retiram as férias que são do direito do trabalhador. Tais questões corroboram para mais dificuldades na vida do sujeito.

Uma das questões que podem afetar o comprometimento do trabalhador em seu ambiente de trabalho, é o fato de que às vezes o mesmo adoece psicologicamente porque não gosta do seu ambiente de trabalho, não gosta da função que exerce, além dos conflitos e competições existentes nas organizações. O que pode gerar no trabalhador sentimentos de incompetência, deslocamento e

cansaço na organização, impactando negativamente na saúde do trabalhador e na produtividade no trabalho (RAYCIK, 2012).

Assim, em alguns casos, o presenteísmo se apresenta dentro das organizações como consequência da desvalorização que sofrem os trabalhadores, oprimidos de se mostrarem resistentes, de apresentarem opiniões e demonstrarem a própria subjetividade no ambiente de trabalho. Desse modo, ao invés de se absterem do trabalho, os sujeitos passam a desenvolver estratégias de enfretamento, se mostrando presentes fisicamente todos os dias no trabalho, alienados e resistentes (GARRIDO, *et al*, 2016).

2.6 A Psicologia no campo da saúde/doença ocupacional

O psicólogo da saúde tem a função de prestar serviços à saúde, com foco exclusivo nas experiências de cada sujeito, nos comportamentos advindos do mesmo e nas relações interpessoais que ele estabelece com o seu meio (TEIXEIRA, 2004). Enquanto espaço novo na psicologia, a psicologia da saúde se concentra nos problemas à saúde dos indivíduos e na busca de técnicas para a promoção da saúde (KERBAUY, 2002).

Assim, a psicologia da saúde surgiu a partir da carência de entendimento do processo de saúde/doença em um contexto psicossocial e da necessidade de compreensão para que pudessem intervir no processo de adoecimento (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011).

De acordo com Guimarães (1999 *apud* RANGEL, 2008) a psicologia da saúde surgiu a partir de uma perspectiva biopsicossocial, que tem como base a cientificidade com o intuito de investigar o processo de saúde e doença a partir da relação que os mesmos têm com a biologia do sujeito, com o meio social e psicológico. A mesma utiliza-se de meios tecnológicos e de intervenções com a finalidade de contribuir com os demais profissionais da saúde para transformar e fortalecer hábitos de saúde, auxiliar na prevenção de doenças, promoção da saúde antes, no decorrer e após a doença.

O psicólogo da saúde que parte da teoria comportamental, utiliza-se de técnicas comportamentais com a finalidade de colaborar no cuidado à saúde, na diagnose da doença, na intervenção e na restauração da saúde do indivíduo. Assim, o psicólogo estará em contato com as contingências e variáveis ocorrentes no meio

organizacional e também com o controle de regras que podem estar influenciando os comportamentos do sujeito em seu meio, podendo assim auxiliar o mesmo na prevenção à saúde (RANGEL 2008).

Segundo Kubo e Botomé (2001), no ponto de vista da Análise do Comportamento, o exercício da função do psicólogo no cuidado à saúde não se refere somente aos adoecimentos físicos, biológicos ou psíquicos, mas abrange às variáveis que determinam esses adoecimentos ou que de certo modo se relacionam ao adoecimento do sujeito. Assim, trabalhar no contexto da saúde significa levar em consideração qualquer comportamento que faça parte das variáveis que afetem ou tenham afetado a saúde do indivíduo a partir das relações que o mesmo desenvolve com o meio ambiente e que interferem diretamente na qualidade de vida do mesmo.

Já a Psicologia da Saúde Ocupacional se preocupa em identificar os fatores de riscos à saúde do trabalhador, englobando os processos de trabalho e as relações que são estabelecidas no âmbito organizacional. Assim, a mesma busca desenvolver intervenções individuais e grupais com a finalidade de levar conhecimento aos trabalhadores sobre saúde-doença ocupacional, e auxiliar no desenvolvimento de habilidades de enfrentamento aos riscos de adoecimentos existentes no trabalho de forma a preservar ou melhorar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores (CARLOTTO; MICHELETTO, 2014).

A mesma tem o papel de prevenir e intervir no processo de saúde ocupacional do trabalhador, buscando propiciar o bem-estar do sujeito, a autonomia, o desenvolvimento do sentimento de autorealização, inteligência emocional e competência (SEABRA, 2008). Já o psicólogo da saúde tem o papel de atuar na resignificação da função do trabalho no que concerne à saúde e doença mental. Além disso, o mesmo tem uma variedade de possibilidades como forma de atuação, sendo uma dessas encontrar o nexos causal constituinte na relação entre trabalho e sofrimento psíquico (JACQUES, 2003).

A partir das ocorrências de adoecimento ocupacional, foi criado o Centro de atendimento ao trabalhador (CEAT) que atua com a participação de psicólogos da saúde e outros profissionais, com o intuito de preservar a saúde do trabalhador e realizar programas preventivos à saúde e atendimentos tanto individuais quanto grupais. O CEAT também utiliza-se de um programa que tem a finalidade de detectar quando o trabalhador se encontra em estado de vulnerabilidade para o

desencadeamento de doenças ocupacionais e operar no cuidado e prevenção à saúde desses trabalhadores (MIYAZAKI, *et al.* 2002).

Portanto, o entendimento do processo saúde/doença ocupacional abre espaço para diversas possibilidades que podem auxiliar na construção de técnicas e práticas psicológicas com foco na saúde dos trabalhadores (SATO; LACAZ; BERNARDO, 2006).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Caracterizar as variáveis associadas à saúde física e psicológica do agente de segurança penitenciária conforme estudos Nacionais.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Levantar dados referentes às variáveis de publicação: título, autor, ano, nome do periódico.
- b) Descrever os dados da metodologia (área de conhecimento, método, material/instrumento, local da coleta de dados)
- c) Identificar os tipos de problemas de saúde física e psicológica associadas ao trabalho.
- d) Descrever as possíveis variáveis associadas a problemas de saúde física e psicológica.

4 MÉTODO

O presente trabalho apresenta-se através de uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa-quantitativa. Quanto à classificação do nível da pesquisa, esta foi realizada através de um estudo de caráter descritivo, com a realização de uma pesquisa bibliográfica referente à produção de conhecimento acerca do adoecimento físico e psicológico que acomete os agentes de segurança penitenciária, com base em autores e artigos pertinentes à temática em questão, tendo por revisados e compreendido as variáveis associadas às suas ocorrências. Desse modo, a proposta foi de realizar uma revisão dessas variáveis a fim de identificar e descrever os tipos de problemas de saúde física e psicológica associadas ao trabalho e a descrição das possíveis variáveis associadas a problemas de saúde física e psicológica.

A pesquisa qualitativa parte de um viés em que o pesquisador irá investigar o tema proposto a fim de compreender os fenômenos aos quais está se propondo estudar, podendo esses fenômenos serem atitudes dos sujeitos (GUERRA, 2014).

A pesquisa quantitativa utiliza de variáveis apresentadas numericamente e com a utilização de métodos estatísticos com a finalidade de analisar as variáveis apresentadas. A mesma utiliza também de porcentagem, correlação entre variáveis, entre outros métodos de classificação quanto às variáveis dependentes e independentes (FONTELLES, *et al.* 2009).

A partir do levantamento dos materiais selecionados para a construção do trabalho de conclusão de curso, foi realizada uma pré-análise dos materiais e uma leitura flutuante das publicações. Em segundo plano, realizou-se uma leitura mais profunda e proveitosa com o objetivo de identificar os materiais que estavam compatíveis com o tema proposto. E por fim, foi realizada uma categorização dos materiais e construção de uma planilha para auxiliar no desenvolvimento do trabalho. Essas etapas foram importantes para alcançar os objetivos propostos para a realização do projeto e identificação das variáveis associadas aos efeitos à saúde física e psicológica que acometem os agentes penitenciários nas relações de trabalho.

4.1 Fontes

As publicações científicas foram retiradas do portal educacional Google acadêmico, em que a pesquisa foi composta através de uma busca de palavras-chave como: adoecimento ocupacional; agentes de segurança penitenciários; *burnout*; depressão ocupacional; saúde mental; saúde física.

Como critério de exclusão, foram eliminados aqueles que não correspondiam aos objetivos da pesquisa, não apresentavam relação direta com o tema proposto, os que estavam incompletos, as teses e dissertações que foram utilizadas para a composição do referencial teórico e aqueles que repetiam o assunto sem trazer novas informações a respeito do adoecimento dos agentes de segurança penitenciária.

4.2 Procedimentos

Para a construção da pesquisa, foram iniciadas as leituras de títulos e resumos, e quando em dúvida, a leitura do texto, verificando se o material atendia aos propósitos do estudo, conforme o tema, quem eram os participantes, os objetivos e se atendiam aos critérios de inclusão e exclusão. Das 65 publicações encontradas na base de dados eletrônicos e biblioteca, somente 23 foram selecionadas atendendo aos critérios de inclusão, sendo esses realizados entre os anos de 2006 até 2019.

A discussão do trabalho de conclusão de curso foi composta por um levantamento das variáveis causadoras de danos à saúde física e psicológica do agente de segurança penitenciária, realizando a descrição das possíveis variáveis associadas à ocorrência dos problemas desencadeados no servidor em decorrência do trabalho. Sendo feita uma investigação a respeito da relação que o adoecimento tem com o ambiente laboral do servidor como maneira de compreensão e possibilidade de revisão.

Nas variáveis de publicação foram investigados: título, autor, ano e periódico de publicação dos estudos. Quanto ao método, houve a coleta de dados da: área de conhecimento, método, local da coleta de dados e materiais/instrumentos utilizados. Assim como foi realizada a construção de gráficos e tabelas para apresentar as informações coletadas nas variáveis do estudo.

5 RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados, foram utilizados gráficos e tabelas para apresentar as informações levantadas na pesquisa. Os resultados abaixo descrevem dados nacionais, obtidos através de um estudo bibliográfico, descritivo e de natureza qualitativa-quantitativa, destacando os dados referentes às variáveis de publicação (título, autor, ano e periódico), dados do método (áreas de conhecimentos dos autores, método, materiais/instrumentos utilizados e local da coleta de dados) e a distribuição das variáveis antecedentes ao adoecimento, as variáveis comportamentais, cognitivas e biológicas, contribuintes para o adoecimento ocupacional do agente de segurança penitenciária.

Os artigos selecionados para análise encontram-se descritos abaixo (Tabela 01), considerando título, autor, ano e periódico. Sendo 23 artigos científicos, publicados entre os anos de 2006 até 2019 (Tabela 01).

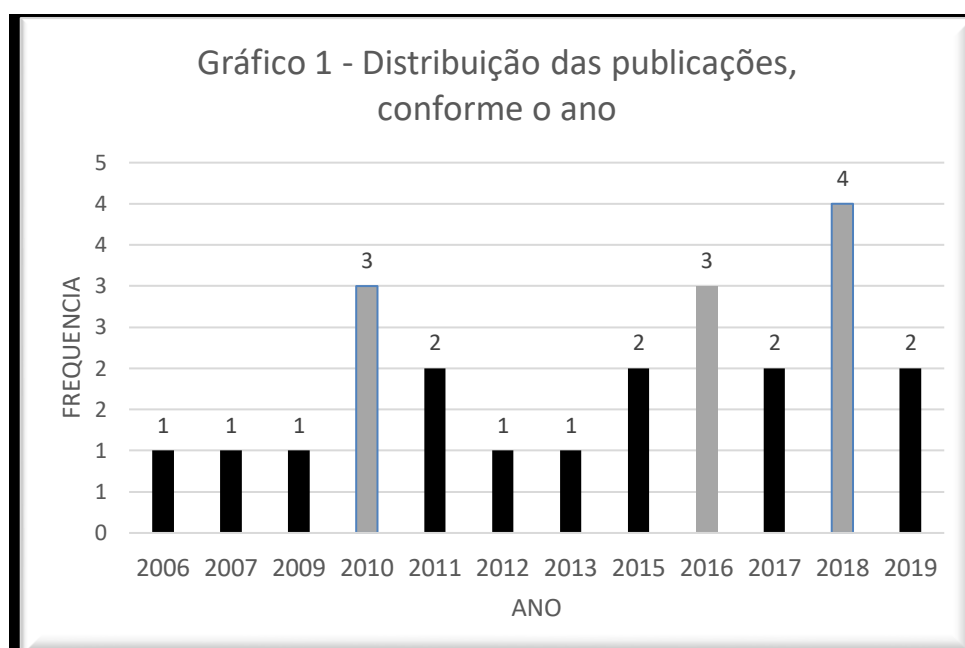
Tabela 01 – Relação dos artigos selecionados

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	PERIÓDICO
E1	Sofrimento na Vigilância Prisional: O trabalho e a atenção em Saúde Mental	RUMIN, C. R.	2006	Revista Psicologia, ciência e profissão
E2	Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina – PR	REICHERT, F. F. et al.	2007	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde
E3	Doenças ocupacionais: um estudo sobre o estresse em agentes penitenciários de uma unidade prisional	MOLINA, C.; CALVO, E. A.	2009	Revista Intertemas Toledo Prudente
E4	Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte	LOURENÇO, L. C.	2010	DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social
E5	O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional	RUMIN, C. R.; SOUZA, J. C.	2010	Revista TransForm. Psicol. (Online)
E6	Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários	SANTOS, D. C. et al.	2010	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho
E7	O Sofrimento psíquico no trabalho de vigilância em prisões	RUMIN, C. R. et al.	2011	Revista Psicologia, Ciência e profissão
E8	O adoecimento psíquico do agente penitenciário e o sistema prisional: estudo de caso - Sete Lagoas	CAMPOS, J. C.; SOUZA, R. R.	2011	XXXV EnANPAD 2011
E9	Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte - MG	FERREIRA, R. E.; MENEZES, L. C.; DIAS, J. C.	2012	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde
E10	Prazer e sofrimento no trabalho das	TSCHIEDEL, R. M.;	2013	Revista Estudos de

	agentes de segurança penitenciária	MONTEIRO, J. K.		Psicologia
E11	O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário	FONTANA, R. T.; JASKOWIAK, C. R.	2015	Revista Brasileira de Enfermagem
E12	Psicopatologias em Agentes Penitenciários: uma Relação entre Trabalho e Saúde	ANDRADE, D. S.	2015	Psicologado artigos
E13	Custo humano no trabalho de agentes penitenciários	SILVA, J. R. P. et al.	2016	Revista Brasileira de Iniciação Científica
E14	O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários	SANTIAGO, E. Et al	2016	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho
E15	Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura	BEZERRA, C. M.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.	2016	Revista Ciência e saúde coletiva
E16	Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense	BONEZ, A.; MORO, E. D.; SEHNEM, S. B.	2017	Revista Psicologia argumento
E17	Perfil epidemiológico dos servidores públicos catarinenses afastados do trabalho por transtornos mentais de 2010 a 2013	BAASCH, D.; TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M.	2017	Revista Ciência e saúde coletiva
E18	Condição psicossocial do agente Penitenciário: uma revisão teórica	SCARTAZZINI, L. . BORGES, L. M.	2018	Revista Boletim Academia Paulista de Psicologia
E19	Precarização do trabalho e prevalência de Transtornos Mentais em Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe	ALBUQUERQUE, D. R.; ARAÚJO, M. R. M.	2018	Revista Psicologia e Saúde
E20	Saúde dos agentes penitenciários no contexto Brasileiro	LIMA, E. M. M. <i>et al.</i>	2018	Revista de enfermagem
E21	Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura	MARQUES, G. S.; GIONGO, C. R.; RUCKERT, C.	2018	Revista Unilasalle
E22	Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho dos Agentes Penitenciários do Estado de Santa Catarina	SANTANA, M. J.; CRUZ, R. M.	2019	IsmaBrasil
E23	Percepção das condições de trabalho e saúde pelos agentes penitenciários do presídio masculino de Florianópolis/SC	REINERT, F.; VERGARA, L. G. L.; GONTIJO, L. A.	2019	Revista Ação Ergonômica

FONTE: Dados da própria pesquisa

Observou-se que houve um maior número de publicações nos anos de 2018, com um total de quatro publicações, seguido de três publicações nos anos 2010 e 2016, duas publicações em 2011, 2015 e 2019 e apenas uma publicação nos anos de 2006, 2007, 2009, 2012 e 2013, o que pode ser observado no (Gráfico 1) a seguir (VER AINDA APÊNDICES A E B).

Gráfico 01 – Ano de publicação dos artigos

FONTE: Dados da própria pesquisa

5.1 Distribuição da frequência de periódicos onde foram publicados os artigos

No que se referem aos periódicos, estes totalizaram 20. Variando de um a dois artigos publicados por cada revista. Destacando-se apenas a Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde; Revista Ciência e saúde coletiva e a Revista Psicologia, Ciência e profissão, as demais obtiveram apenas uma publicação (Tabela 02) VER AINDA (APÊNDICES A E B).

Tabela 02 – Distribuição da frequência de periódicos de publicação

PERIÓDICO OU NOME DO LOCAL DE PUBLICAÇÃO	F
Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	1
DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social	1
IsmaBrasil	1
Psicologado artigos	1
Revista Ação Ergonômica	1
Revista Boletim Academia Paulista de Psicologia	1
Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	2
Revista Brasileira de Enfermagem	1

Revista Brasileira de Iniciação Científica	1
Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	1
Revista Ciência e saúde coletiva	2
Revista de enfermagem	1
Revista Estudos de Psicologia	1
Revista Intertemas Toledo Prudente	1
Revista Psicologia argumento	1
Revista Psicologia e Saúde	1
Revista Psicologia, Ciência e profissão	2
Revista TransForm. Psicol. (Online)	1
Revista Unilasalle	1
XXXV EnANPAD 2011	1
TOTAL	23

FONTE: Dados da própria pesquisa

Os artigos foram também analisados conforme a área de conhecimento a que se reportam. Dos materiais, incluíram áreas como Ciência, Política e Sociologia; Psicologia; Enfermagem; Administração; Segurança Pública e Justiça Criminal; Ciências Biológicas, Ambientais e da Saúde; Ergonomia; e Educação física e Saúde. Para fins descritivos e para análise dos dados, optou-se por agrupar as áreas vinculadas à saúde com o termo “Ciências da saúde”, conforme pode ser observado na (Tabela 03) abaixo (Tabela x; VER AINDA (APÊNDICES A E B).

Tabela 03 – Área de conhecimento dos autores

ÁREA DO CONHECIMENTO		F	F%
Administração		1	4,3
Ciência política e sociologia		1	4,3
Ciências da saúde	Ciências biológicas, ambientais e da saúde	1	30,4
	Enfermagem	3	
	Saúde pública	1	
	Ergonomia	1	
	Educação física	1	
	Sub-total	7	
Psicologia		13	56,5
Segurança pública e justiça criminal		1	4,3
Total		23	100,0

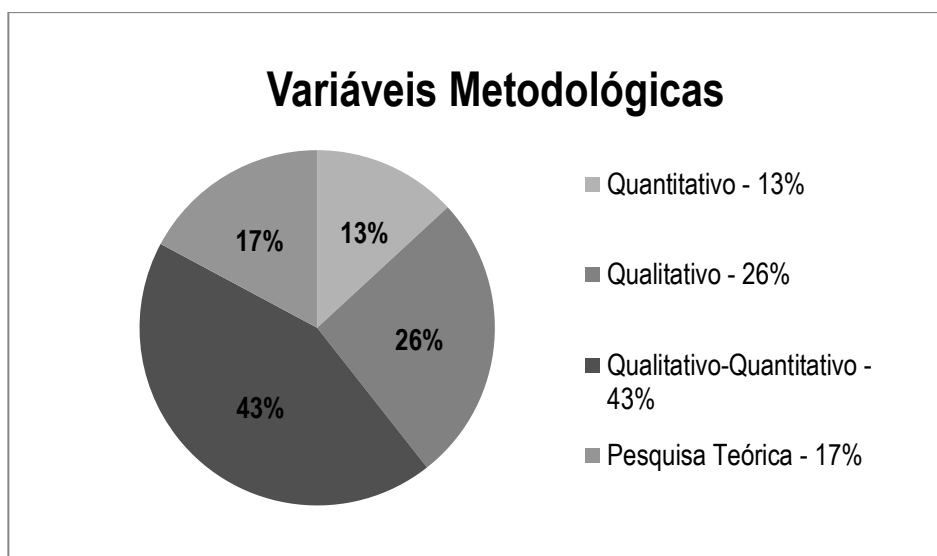
FONTE: Dados da própria pesquisa

Desses artigos, 18 são pesquisas de campo, quatro pesquisas teóricas e uma pesquisa-ação, sendo assim possível observar que há um maior número de pesquisas de campo com os agentes de segurança penitenciária, menor número de estudos teóricos e nenhum estudo experimental ou aplicado, considerando os descritores usados e acesso a publicações na busca dos materiais.

5.1.2 Distribuição das variáveis metodológicas utilizadas na coleta de dados

No que se refere às características metodológicas, dos 23 artigos utilizados para a construção do estudo, nota-se que 19 são pesquisas de campo, distribuídas em três artigos de natureza quantitativa, equivalente a 13%, seis artigos qualitativos equivalente a 26%, 10 artigos qualitativo-quantitativo, 43% e quatro pesquisas teóricas equivalente a 17%. Como destaca no gráfico abaixo (Gráfico 02).

Gráfico 02– Variáveis metodológicas



FONTE: Dados da própria pesquisa

5.1.3 Distribuição das variáveis relativas à classificação dos instrumentos utilizados na pesquisa

Quanto às variáveis relativas à classificação dos instrumentos utilizados, foi possível observar que o instrumento mais utilizado foi a entrevista semi-estruturada seguida de observação ou não, com obtenção de 12 pesquisas. Questionários como

o *Self Report Questionnaire* (SRQ-20) foi utilizado cinco vezes em diferentes estudos, sendo esse empregado para avaliar a frequência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC's), não psicóticos composto por 20 questões avaliativas. Também foi utilizado um questionário padronizado por um dos autores de uma das pesquisas. Houveram também a composição de cinco pesquisas teóricas, a partir de Revisões Bibliográficas que abrangiam o tema proposto para o estudo. Já os testes foram utilizados em quatro pesquisas, na perspectiva de identificar os dados de Custo Humano no Trabalho; Estado de Vulnerabilidade ao estresse; A Escala de Beck tratando-se de uma escala composta por inventários de Depressão, Ansiedade, Desesperança, e Ideação Suicida, e um teste de Escala da Qualidade de vida no Trabalho. Nesses estudos houveram também pesquisas que durante o processo de construção, estagiários de psicologia realizaram acompanhamentos individuais com os agentes, em um total de quatro estudos desse gênero. Tendo por fim um estudo que pôde ser gravado através da permissão dos sujeitos entrevistados (Tabela 4).

Tabela 04 - Distribuição das variáveis relativas à classificação dos instrumentos

CLASSIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	TIPO DE INSTRUMENTO EMPREGADO	F
Áudio	Gravação com permissão	1
Entrevista	Entrevista semi-estruturada + observação	2
	Entrevista semi-estruturada	6
	Observação participativa	2
	Observação direta sem participação	1
	Entrevista semi-estuturada + observação participativa	1
Avaliação Psicológica/Testes	Teste Escala de Custo Humano no Trabalho	1
	Teste Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho	1
	Teste Escala de Beck	1
	Teste Escala da Qualidade de Vida	1
Questionário	Self Report Questionnaire (SRQ-20)	4
	Questionário padronizado	1
Acompanhamento	Acolhimento individual	4
Materiais teóricos	Revisão bibliográfica entre os anos de 2002 a 2013	1
	Revisão bibliográfica na base de dados LILACS, MEDLINE E BDEnf	1
	Revisão de 8 artigos encontrados no BVS-Psi e BVS	1
	Revisão bibliográfica de materiais sobre sofrimento psíquico e estresse em ASP	1

	Revisão de dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina	1
TOTAL		31

FONTE: Dados da própria pesquisa

5.1.4 Distribuição das variáveis relativas ao local de coleta da pesquisa

No que concerne o local da coleta de dados, observou-se uma variação nos ambientes em que foram realizados os estudos. Os locais mais frequentes foram as Penitenciárias com um total de 13 pesquisas nesse campo, seguidos dos Presídios e estudos na categoria “outros” destinados aos estudos bibliográficos com cinco pesquisas em cada, duas pesquisas em um Hospital e um estudo em um Albergue e outro em uma Universidade (Tabela 05).

Tabela 05 -Distribuição das variáveis relativas ao local de coleta

TIPO DE LOCAL	LOCAL DE COLETA	F
Albergue	Albergue Feminino de Porto Alegre	1
Hospital	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico André Teixeira Lima – SP	1
Universidade	Centro Universitário de Belo Horizonte do curso de Gestão de segurança Prisional	1
Presídio	Presídio de São Paulo	5
	Presídio de Sete Lagoas - MG	
	Presídio Médio no Rio Grande do Sul	
	Presídio de Santa Catarina	
	Presídio Masculino de Florianópolis - SC	
Penitenciária	Penitenciária no Rio Grande do Sul	13
	Penitenciária de Tupi Paulista	
	Unidade Prisional Paranaense	
	Unidade Prisional em São Paulo	
	Complexo Penitenciário Manoel C. N. - SE	
	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional- CERESP/BH	
	Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto - BH	
	CERESP São Cristovão - BH	
	Unidade Prisional em Santa Catarina	
	Conjunto Penal - BA	
	Unidade Prisional de Regime Fechado	
	Unidade Prisional de Londrina	
	São Paulo	
Recife		

Outro(s)	Canoas	5
	Rio de Janeiro	
	Santa Catarina	

FONTE: Dados da própria pesquisa

5.1.5 Variáveis antecedentes ao adoecimento físico e/ou psicológico no ASP

Com base no estudo realizado, foi possível identificar 21 tipos de variáveis antecedentes ao adoecimento físico e/ou psicológico do agente de segurança penitenciária, tendo em maior prevalência: Ambiente insalubre e precário em saneamento básico com 11%; falta de reconhecimento profissional; preconceito diante a função exercida; e falta de materiais de trabalho com 10%; seguidos de ameaças intra e extramuros; e falta de infraestrutura com 7%. Medo ou ocorrência de violência com 6%; dificuldades nas relações interpessoais hierárquicas; insatisfação com as condições de trabalho; conflito com os detentos; e falta de atenção à saúde básica do ASP com 4%; insatisfação salarial; desamparo do Estado; risco de contaminação por doenças via contato com os detentos; falta de acompanhamento psicológico e/ou medicamentoso; e maior predisposição dos Transtornos Mentais Comuns por parte das agentes de segurança penitenciárias femininas, 4%; tendo as demais variáveis como falta de autonomia; falta de oportunidade de expressar opiniões; despreparo dos agentes contratados; preconceito com a classe feminina; e superlotação das celas com 1% na frequência. Desse modo, é possível observar que o ambiente de trabalho, a falta de recursos, juntamente as demais condições e situações intramuros são os maiores causadores de adoecimento no ASP (Tabela 06).

Tabela 06 - Distribuição dos valores totais das variáveis antecedentes à ocorrência do adoecimento físico e/ou psicológico no ASP

VARIÁVEIS ANTECEDENTES		ESTUDOS	F	F%
Antecedentes de	Falta de reconhecimento profissional	E3; E4; E8; E14; E15; E21; E22	7	10%
	Ameaças intra e extramuros	E1; E4; E5; E8; E14	5	7%
	Preconceito diante à profissão exercida	E4; E6; E8; E14; E15; E19; E21;	7	10%
	Insatisfação com o salário	E11; E16	2	3%
	Dificuldades nas relações interpessoais hierárquicas	E3; E15; E22	3	4%
	Insatisfação com as condições de	E3; E11; E16	3	4%

adoecimento psicológico	trabalho			
	Desamparo do Estado	E1; E8	2	3%
	Conflito com os detentos	E14; E15; E22	3	4%
	Falta de acompanhamento psicológico e/ou medicamentoso	E1; E11	2	3%
	Maior predisposição dos TMC's por parte das agentes femininas	E6; E22	2	3%
	Falta de atenção à saúde básica do ASP	E1; E5; E8	3	4%
Antecedentes de adoecimentos físicos	Violência	E1; E7; 311; E14	4	6%
	Ambiente insalubre e precário em saneamento básico	E3; E10; E11; E14; E15; E19; E23; E12	8	11%
	Falta de infraestrutura	E3; E10; E19; E20; E21	5	7%
	Falta de materiais	E3; E10; E11; E12; E14; E19; E23	7	10%
	Risco de contaminação por doenças via contato com detentos	E1; E11	2	3%

FONTE: Dados da própria pesquisa

5.1.6 Distribuição das Variáveis Comportamentais e Cognitivas

No que concerne a distribuição das variáveis comportamentais e cognitivas ocorrentes diante as variáveis antecedentes, observa-se nos estudos 16 variáveis comportamentais e cognitivas desencadeadas enquanto comportamentos respostas dos Agentes de Segurança Penitenciária afetados pelo adoecimento.

O Estresse ocupacional encontra-se no topo dos comportamentos respostas do ASP, com 16% em sua frequência, seguido da Síndrome de *burnout* com 12%, desconfiança generalizada com 10%, sendo essa desconfiança um comportamento que ocorre intra e extramuros do ambiente de trabalho, seguidos da sobrecarga mental; aumento no consumo de álcool e/ou outras drogas; e nos Transtornos Mentais Comuns com 8%; o transtorno de ansiedade; e o medo obsessivo com 6%; a mania de perseguição; dificuldade nas relações interpessoais; comportamentos paranóides; e déficit no ciclo vigília-sono com 4%, apresentando por fim a subjetividade afetada e a insegurança com 2% na prevalência de ocorrência (Tabela 07).

Tabela 07- Distribuição dos valores totais das variáveis comportamentais e cognitivas

VARIÁVEIS COMPORTAMENTAIS E COGNITIVAS	ESTUDO	F	F%
Desconfiança Generalizada	E4; E5; E14; E21; E23	5	10
Estresse Ocupacional	E3; E8; E9; E12; E15; E18; E20; E22	8	16
Síndrome de <i>Burnout</i>	E8; E13; E14; E15; E16; E18	6	12
Sobrecarga mental	E1; E13; E22; E23	4	8
Transtorno de Ansiedade	E7; E12; E20	3	6
Mania de perseguição	E7; E23	2	4
Comportamentos de fuga e esquiva	E2; E7	2	4
Dificuldade nas relações interpessoais	E5; E7	2	4
Subjetividade Afetada	E8	1	2
Medo obsessivo	E5; E9; E11	3	6
Comportamentos paranóides	E5; E7	2	4
Humor depressivo ansioso	E5; E22	2	4
Déficit no ciclo vigília-sono	E11; E23	2	4
Insegurança	E9	1	2
Aumento no consumo de álcool e/ou outras drogas	E2; E9; E20; E21	4	8
Transtornos Mentais Comuns	E6; E17; E20; E22	4	8
TOTAL		51	

FONTE: Dados da própria pesquisa

5.1.7 Distribuição das Variáveis Biológicas

Por último, encontra-se na (Tabela 08) as variáveis biológicas identificadas nos estudos, totalizando oito variáveis divididas em: Dores musculares com 33%; desgaste físico 21%; síndrome Metabólica 17%; insônia e obesidade com 8%; e as doenças coronarianas e uso de medicação com 4% de frequência (Tabela 08).

Tabela 08 - Distribuição dos valores totais das variáveis biológicas

VARIÁVEIS BIOLÓGICAS	ESTUDO	F	F%
Insônia	E11; E23	2	8
Dores musculares	E1; E2; E6; E8; E13; E14; E16; E23	8	33
Síndrome metabólica	E2; E9; E20; E22	4	17
Doenças coronarianas	E9	1	4
Obesidade	E20; E21	2	8
Tuberculose	E20	1	4
Desgaste Físico	E1; E2; E8; E13; E14	5	21
Uso de medicação	E23	1	4
TOTAL		24	

FONTE: Dados da própria pesquisa

6 DISCUSSÃO

Atendendo a proposta do estudo e seus respectivos objetivos, esse estudo buscou identificar as variáveis associadas a problemas de saúde física e psicológica no agente de segurança penitenciária em decorrência do trabalho a partir do levantamento e análise dos dados referentes ao tema.

Pode-se conceituar a doença ocupacional como um adoecimento não imediato, mas que ocorre de forma tardia, gradual e de natureza patológica, desenvolvendo-se com o passar do tempo (BUDEL, 2012). De acordo com Monteiro e Bertagni (2016) as doenças ocupacionais são desencadeadas a partir das funções executadas pelo trabalhador, sendo essas decorrentes de microtraumas que no dia a dia tornam vulneráveis as defesas orgânicas do sujeito e que em longo prazo causam o adoecimento.

Os estudos sobre o adoecimento ocupacional têm sua origem há muitos anos, sendo datado de (384-322 a.C.) (ANVISA). O que demonstra que a preocupação com o adoecimento ocupacional está inserida na sociedade desde os primórdios, sendo esse um problema que tem crescido cada vez mais na pós-modernidade com o avanço das tecnologias e a maior cobrança das empresas na multiplicidade de aptidões do empregado para o desempenho das funções nas organizações, deixando assim o trabalhador vulnerável ao adoecimento.

Tais adoecimentos ocorrem, inclusive, com os agentes de segurança penitenciária (ASP), pois, no que concerne a função do ASP, essa é considerada como uma das mais vulneráveis ao adoecimento ocupacional, tendo sua prevalência aumentada no passar dos anos. Desse modo, apesar da estabilidade financeira, existe essa contravenção em se trabalhar no setor prisional. Partindo desse enfoque, o estudo possibilitou uma análise reflexiva de como o ambiente de trabalho no sistema prisional, apesar de em alguns níveis proporcionar satisfação, também age enquanto causador de adoecimentos físicos e/ou psicológicos no ASP.

O estudo evidenciou uma oscilação nos anos de publicação no período de 2006 até 2019, destacando o ano de 2018 que apresentou a maior frequência, com quatro artigos, seguido dos anos 2010 e 2016 com seis, 2011, 2015, 2017 e 2019 com dois artigos publicados e 2006, 2007, 2009, 2012 e 2013 com apenas uma publicação. Desse modo, observa-se a escassez de materiais existentes no

tangente ao adoecimento físico e/ou psicológico do ASP, limitando assim o acesso a acervos que possibilitem maior contato com o tema.

Outro ponto observado foi que houve repetição de estudos abordando a temática por somente um autor, o Rumin, C. R. (2006), (2010) e (2011). Esse dado demonstra que apesar da necessidade de pesquisas que abordem o assunto, os autores que já trabalharam com o tema não deram continuidade a novas pesquisas, abandonando o tema e não havendo assim, constância nas investigações.

Quanto a frequência dos periódicos, observou-se uma escassez de publicações correntes, no que concerne o agente de segurança penitenciária, tendo um total de duas publicações as revistas: Revista Psicologia, Ciência e Profissão; Revista Brasileira de Enfermagem; e a Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde. Os demais artigos obtiveram frequência de apenas uma publicação, sendo portanto, mais uma vez observada a inconsistência na disponibilidade de artigos, demonstrando a limitação na coleta de materiais para a realização desse trabalho.

Nas áreas de conhecimento dos autores da pesquisa, obteve-se uma maior prevalência na área da Psicologia, com 13 publicações, representando 56,5%, seguidos de sete artigos com 30,4% na área das Ciências da Saúde, que apesar de apresentar porcentagem inferior, a mesma dividiu-se em diferentes áreas como Ciências biológicas; Ambientais e da Saúde, Enfermagem; Saúde pública; Ergonomia e Educação física, demonstrando assim o interesse das áreas das Ciências da Saúde no que tange o adoecimento ocupacional do ASP. E as demais áreas, como Administração; Ciência Política e Sociologia; e Segurança Pública e Justiça Criminal com apenas uma publicação por área, totalizando 4,3% cada.

Os dados obtidos referentes à metodologia apontam que as pesquisas de campo obtiveram maior prevalência, sendo apresentadas 18 dessas, quatro foram pesquisas teóricas e apenas uma pesquisa-ação, sendo assim possível observar que há um maior número de pesquisas de campo com os agentes de segurança penitenciária, um menor número de estudos teóricos e nenhum estudo experimental ou aplicado, considerando os descritores usados e acesso a publicações na busca dos materiais. Esses foram distribuídos em três artigos de natureza quantitativa, equivalendo a 13%, seis artigos qualitativos, com 23%, 10 artigos qualitativo-quantitativo, com 43% e quatro pesquisas teóricas equivalente a 17%.

Quanto a classificação dos instrumentos utilizados nos estudos, observou-se que o mais utilizado foi a entrevista semi-estruturada seguida de observação ou não,

com uma frequência de 12 pesquisas. Questionários como o *Self Report Questionnaire* (SRQ-20) foi utilizado cinco vezes em estudos. Também foi utilizado um questionário padronizado por um dos autores de uma das pesquisas. Houveram também a composição de cinco pesquisas teóricas. Já os testes foram utilizados em quatro pesquisas. Nesses estudos houveram também pesquisas que durante o estudo, estagiários de psicologia realizaram acompanhamentos individuais com os agentes, em um total de quatro estudos desses gênero. Tendo por fim um estudo que pôde ser gravado através da permissão dos sujeitos entrevistados.

Como houve um baixo número de repetição dos instrumentos utilizados entre os estudos, tornou-se inviável a possibilidade de cruzamento de dados para análise. Sendo possível realizar apenas uma análise dos artigos que abordaram a respeito dos Transtornos Mentais Comuns, podendo relacioná-los entre si.

Nos estudos de Santos et al. (2010); Baasch, Trevisan, Cruz (2017), Lima et al. (2018) e Santana e Cruz (2019), foi constatado o aparecimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC's) nos ASP e afastamento dos mesmos durante os anos de 2010 a 2013, com um percentual maior no afastamento de mulheres. Tal levantamento se deu através da aplicação do *Self Report Questionnaire* (SRQ-20) para detecção de transtornos mentais comuns. Tendo assim sido possível observar o estresse, humor depressivo ansioso diante às preocupações e desconfiança constante no dia a dia dos ASP. Observou-se que a maior vulnerabilidade aos TMC's da classe feminina se deve ao preconceito que as mesmas sofrem por terem esse tipo de profissão como escolha. Como causas, questões como a falta de reconhecimento, descaso com as ASP femininas, sobrecarga mental desencadeadas pelas atividades realizadas e dificuldades nas relações interpessoais com colegas de farda, superiores e detentos, foram observados como dificuldades no bom desempenho e saúde das agentes.

Apontamentos como estes demonstram que essa classe trabalhadora demanda de acompanhamento e acolhimento constante como possibilidade para enfrentamento das dificuldades que se apresentam no contexto ocupacional diariamente, tendo em vista até mesmo a maior predisposição de adoecimento por TMC's na classe feminina, mas sendo válido levar em consideração ambas as classes que sofrem de diversos malefícios diante o descaso e falta de atenção básica à saúde.

Quanto ao local de pesquisa, notou-se que a maioria dos estudos foram realizados em Penitenciárias com um total de 13 pesquisas, o que demonstra que a maioria dos autores tiveram acesso direto aos setores prisionais, o que os possibilitou um contato maior com a realidade vivida pelas ASP, o mesmo ocorreu com os autores que realizaram os estudos nos Presídios, nesses estudos e nos da categoria “Outros” que foram destinados aos estudos bibliográficos, obteve-se cinco pesquisas em cada, uma das pesquisas foi realizada em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, um estudo em um Albergue feminino e um em uma Universidade a partir de um curso em Gestão de Segurança Prisional.

No que concernem os tipos de problemas de saúde física e/ou psicológica associadas ao trabalho e as possíveis variáveis associadas às suas ocorrências, nos dados levantados, no estudo de Scartazzini e Borges (2018) foi conferido que no contexto organizacional do ASP, o estresse é recorrente e pode levar à síndrome de *burnout*, entre outros adoecimentos psicológicos, abordando assim a necessidade do cuidado e assistência a esse trabalhador que carece de acompanhamento psicológico.

Outros autores que apontaram sobre a síndrome de *burnout* como adoecimento psicológico foram Bezerra, Assis e Constantino (2016) nesta revisão bibliográfica foi constatada uma maior prevalência em estresse, síndrome de *burnout* e sofrimento psíquico por parte dos agentes. Tais adoecimentos foram apontados como predisponentes da precarização do ambiente prisional, do preconceito social, da falta de reconhecimento do cargo, das dificuldades nas relações interpessoais com colegas de trabalho e detentos, e a sobrecarga mental sofrida pelo ASP.

A síndrome de *burnout* configura-se enquanto uma resposta do organismo diante do estresse laboral crônico e que é manifestado em atitudes negativas com relação aos sujeitos com quem o trabalhador mantém contato. Desse modo, acarretando prejuízos à saúde do trabalhador e também ao rendimento e bom funcionamento da organização.

Quanto às contribuições em publicações a respeito da classe de ASP feminina, foi possível notar uma maior escassez em periódicos, demonstrando que ainda existe um descaso com a classe trabalhadora feminina. No que diz respeito à satisfação no trabalho, no estudo de Tschiedel e Monteiro (2013) foi constatado que a maioria das agentes sentiam-se satisfeitas pela função exercida, apesar da precariedade inerente ao trabalho. As mesmas apontaram satisfação com o salário e

a carga horária da jornada de trabalho, que lhes permitiam folgas para realizarem atividades de lazer extramuros. Todavia, o trabalho também foi pontuado como um desencadeador de sofrimento psíquico, pois as funções necessárias de serem estabelecidas não condiziam com os recursos que as ASP tinham disponível no trabalho, o que fazia com que as mesmas despendessem mais da capacidade mental para a resolução dos problemas encontrados inerentes ao trabalho.

Não obstante, uma das queixas apresentadas foi a necessidade de realizar revista íntima nas detentas e visitantes, tais fatores foram observados como predisponentes de desconforto e sofrimento psicológico por parte das ASP. Desse modo, é possível observar que apesar de existirem meios de satisfação e prazer no trabalho, há uma linha tênue entre prazer e sofrimento no ambiente laboral.

No que concerne o descaso do Estado e hierarquias responsáveis pelo cargo do agente de segurança penitenciária, no estudo de Lourenço (2010), foi concluído que apesar de existirem leis a respeito da jornada de trabalho, muitas vezes por algum motivo institucional o agente precisava passar mais horas no setor prisional, retirando do mesmo o seu direito estabelecido em lei. Outras variáveis observadas durante o estudo foi de que o ASP em seu ambiente de trabalho não tinha autonomia alguma, tendo sempre que estar cumprindo as demandas institucionais, o que oprimia o trabalhador que muitas vezes gostaria de ser ouvido, além do sentimento de privação em expor suas fraquezas emocionais, já que essa atitude era mal vista pelos colegas.

Já no estudo de Campos e Souza (2007) realizado em um presídio de Sete Lagoas – MG foi observado através de entrevistas e observação participativa por parte dos autores, que os ASP sentiam-se desvalorizados e que há uma insatisfação quanto à falta de reconhecimento do cargo desempenhado pelos mesmos. Também foi possível visualizar que os ASP se sentiam desamparados pelo Estado, sem acompanhamento psicológico e falta de melhor preparo para desempenho das funções, o que demonstrou que existe um desgaste físico e psicológico nos trabalhadores diante às dificuldades que são experienciadas no ambiente de trabalho. Sendo assim observado que a falta de reconhecimento, acompanhamento, estresse, desgaste físico e psicológico são fatores que afetam a subjetividade do sujeito e desencadeiam adoecimentos.

Questões como falta de materiais, infraestrutura e saneamento básico também foram apontados como agravantes na saúde física e psicológica dos ASP.

Autores como Molina e Calvo (2009) apontaram a falta de materiais como contribuintes para o maior desgaste físico do agente que necessita de buscar meios para desempenhar suas funções com o pouco material que lhe é oferecido, o que além de lhes causa dores físicas e distúrbios osteomusculares LER/DORT, também causa sofrimento psíquico desencadeados pelo descaso no Estado para com essa classe. No estudo de Santiago *et al.* (2016), foi citada a existência de uma maior precarização com os agentes contratados, pois estes recebiam menos preparo para a realização do trabalho, o que respectivamente causava uma pressão e maior desgaste físico e mental no agente efetivo. A falta de materiais e insalubridade do ambiente também foi observada como empecilhos na execução do trabalho e possíveis desencadeadores de riscos à saúde física do agente.

No que diz respeito às variáveis antecedentes, no estudo de Rumin *et al.* (2011) através da observação participativa e acolhimento individual realizado com os agentes, foi observado que as situações de violência no ambiente prisional eram propensores de ansiedades paranóides no trabalhador, visto também que ao adentrarem no sistema prisional os ASP se deparavam com situações que não lhe foram prescritas e aprendidas durante o processo anterior à inserção no sistema.

Por conseguinte, observa-se que as relações interpessoais do ASP extramuros são danificadas, pois o mesmo apresenta comportamentos de fuga, esquiva, mania de perseguição, desconfiança e pouca tolerância, sendo esses comportamentos respostas devido às variáveis que antecedem o adoecimento do trabalhador.

Em outro estudo de Rumin e Souza (2010) foram realizadas entrevistas e acompanhamento individual com a classe de ASP que solicitaram por acompanhamento psicológico. Nesse estudo o autor observou que os ASP apresentavam paranóias e medos obsessivos de serem assassinados por detentos ou colegas intra e extramuros, muitos apresentavam comportamentos depressivos, desconfiança dos próprios colegas de trabalho e temor elevado. Assim sendo possível observar que as vivências experienciais do ASP em seu ambiente de trabalho são causadoras de angústia e predisponentes de adoecimento psicológico.

A depressão no trabalho está intimamente ligada ao estresse ocupacional, ao esgotamento do sujeito e a falta de prazer na realização das atividades laborais, levando o mesmo a um mal-estar e dificuldades para lidar com essas problemáticas.

No estudo de Silva *et al* (2016), no que diz respeito às variáveis biológicas, foi aplicado o teste de Custo Humano no Trabalho, neste foi observado nos resultados que os ASP sofriam riscos de adoecimento no trabalho de nível físico e psicológico. O que demonstrou que o ASP é vulnerável ao adoecimento ocupacional diante das dificuldades que são encontradas no ambiente prisional que atuam como propensores no desencadeamento de doenças de nível físico diante a exigência de ficar muito tempo em pé com peso de armas e coletes no corpo; pela repetição de atividades com os mesmos músculos corporais e de precisar caminhar constantemente durante a jornada de trabalho.

Outras doenças de nível físico foram apontadas também pelos autores Ferreira, Menezes e Dias (2012), no estudo de Reichert, *et al* (2007) e de Marques, Giongo e Ruckert (2018). Nesses estudos foram analisadas as variáveis de síndrome metabólica, risco coronariano, ansiedade e distúrbios psicológicos em ASP com a aplicação do *Self Report Questionnaire (SRQ-20)* para obterem informações a respeito da saúde física e psicológica dos mesmos. Sendo constatado que a maioria dos ASP praticantes de exercícios físicos eram homens, e que o adoecimento coronariano e de sobrepeso foi constatado nos ASP não praticantes de exercícios ou que realizavam poucas atividades físicas, esses demonstraram maior predisposição de desencadeamento de doenças cardiovasculares e de síndrome metabólica. Outro fator de risco à saúde observado foi o da dependência alcoólica, tabaco e outras drogas, variáveis comportamentais que se apresentaram como forma de fuga e esquiva dos problemas inerentes ao trabalho, sendo utilizado o uso de álcool como meio de alívio e enfrentamento das dificuldades, além do adoecimento psicológico já previsto, diante as funções desenvolvidas pelo ASP que os desgastam físico e emocionalmente.

Quanto aos riscos de contaminações via transmissão de doenças, no estudo de Jaskowiak e Fontana (2015), e de Reinert, Vergara e Gontijo (2019), ambos realizados através da aplicação de entrevista semi-estruturada e análise de conteúdos, observou-se que riscos de contaminação e aquisição de doenças via contato direto com os detentos foram meios de adoecimentos apresentados pelos ASP, sendo visto que alguns já contraíram doenças como tuberculose e tiveram a necessidade de fazerem uso de medicamentos para recuperação da saúde, devido as doenças desenvolvidas através do contato com detentos infectados, da falta de materiais e saneamento básico nos setores prisionais.

Esses mesmos autores apontam que prejuízos ao ciclo vigília-sono também foram apresentados como variáveis comportamentais respondentes por parte dos ASP, diante as desconfianças, medo obsessivo e apreensão de sofrer violência intra e extramuros, desenvolveram dificuldades para dormir por medo constante de ser surpreendido por alguém, havendo assim um prejuízo na saúde biológica e psicológica do ASP. O estresse também surgiu como forma de adoecimento, tendo inclusive alguns ASP usuários de medicamentos e acompanhamento psicológico para serem capazes de lidar com as dificuldades inerentes ao trabalho, fazendo uso de medicamentos para dores corporais, ansiedade e outros.

Por fim, no que diz respeito à boa saúde física e psicológica, foi demonstrado em apenas três estudos melhores resultados referentes à boa qualidade de vida. Nos estudos de Bonez, Moro e Sehnem (2017), Andrade (2015), e Rumin (2006), os autores pontuaram que poucos ASP demonstraram ansiedade patológica, tendo a apresentação de um maior índice de ASP com boa saúde mental e física, boa relação com os colegas e pontuações de obterem um salário razoavelmente bom. Demonstrando que nenhuns dos participantes do estudo relataram uso de medicação ou acompanhamento psicológico, assim sendo possível visualizar uma saúde física e mental razoavelmente boa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estudo possibilitou a verificação dos efeitos causados à saúde física e psicológica do agente de segurança penitenciária em decorrência do trabalho. Desse modo, esta inserido em um ambiente prisional tendo de desempenhar funções como manter em custódia diversos sujeitos que já cometeram dos mais variados crimes, já se propõe como uma tarefa árdua de se fazer, em conjunto à isso, a falta de recursos, saneamento básico, infraestrutura, atenção básica a saúde, descaso do Estado e desvalorização da sociedade se relacionam como desencadeadores e intensificadores de adoecimentos físicos e psicológicos no agente de segurança penitenciária. Logo, foi possível observar que apesar das vantagens de se ter estabilidade financeira e satisfação pessoal pela empregabilidade conquistada, o trabalho também vem acompanhado de adversidades capazes de desencadear adoecimentos ao sujeito.

Através do estudo foi possível observar que o trabalho do agente de segurança penitenciária exerce grande relevância para a sociedade, por esse motivo, nota-se que o ambiente de trabalho desse servidor deveria ser saudável e não um dos mais predisponentes ao adoecimento ocupacional. Desse modo, a saúde do ASP carece de atenção do Estado, no que concerne conceder melhores condições de trabalho, um ambiente limpo, com boa infraestrutura, materiais e recursos para desempenho das funções e acesso à saúde básica e acompanhamento Psicológico. Pois a falta de conhecimento da realidade vivida pelo ASP corrobora com a falta mudanças no setor prisional e com a continuidade no surgimento de doenças ocupacionais.

Faz-se necessário que mais estudos científicos possam ser realizados abordando a temática, tendo em vista a escassez de materiais existentes, pois existe a necessidade da realização de mais pesquisas quantitativas e teóricas, de delineamento epidemiológico com amostras que categorizem e apresentem a quantidade de agentes de segurança penitenciária em exercício Nacional e amostras percentuais que demonstrem a frequência de adoecimentos ocupacionais existentes no Brasil.

Conclui-se a relevância do psicólogo da saúde ocupacional nos setores prisionais a fim de acompanharem os agentes de segurança penitenciária, prestando serviços à saúde, auxiliando na prevenção de doenças, minimizando e na promoção

da saúde, possibilitando assim ao ASP a re-significação do trabalho, na criação de estratégias de enfrentamento das dificuldades existentes, acolhendo o sofrimento decorrente do trabalho e auxiliando no processo de recuperação no decorrer e após o adoecimento ocupacional seja ele de nível físico ou psicológico.

REFERÊNCIAS

ADORNO JUNIOR, H. L.; SOUZA, M. C. Modalidades de doenças ocupacionais decorrentes das novas formas de produção: aspectos sociais e jurídicos. *Universitas*, Brasil, n. 1, jul./dez. 2008. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

AIRES, A. A. D. *Doenças relacionadas ao trabalho e suas conseqüências na atenção à saúde*. 2017. 26p. Monografia (Graduação em Especialização Estratégia Saúde da Família). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/ANDRE-AMADEU-SANTOS-AIRES.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

ALBUQUERQUE; D. R.; ARAÚJO, M. R. M. de. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do Estado de Sergipe. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 10, n. 1, jan./abr., p. 19-30, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20435/v10i1.456>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

ALMEIDA, R. A.; MALAGRIS, L. E. N. A prática da psicologia da saúde. *Revista SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 20p. jul/dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

ALTOÉ, A. Políticas institucionais e seus desdobramentos sobre o trabalho docente: absenteísmo e presenteísmo. 2010. Dissertação (Pós-graduação em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp122276.pdf>>. Acesso em: 03 de out. de 2019.

ANDRADE, D. S. Psicopatologias em Agentes Penitenciários: uma Relação entre Trabalho e Saúde. *Psicologado artigos*. jan. 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/psicopatologia/psicopatologias-em-agentes-penitenciaris-uma-relacao-entre-trabalho-e-saude>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

ARAÚJO, F. R. A saúde do trabalhador como direito fundamental (no Brasil). *Revista Eletrônica Acórdãos, Sentenças*. Tribunal Região do Trabalho, Rio Grande do Sul, n. 110, dez. 2010. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/78543/2010_araujo_francisco_saude_trabalhador.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

BAASCH, D.; TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M. Perfil epidemiológico dos servidores públicos catarinenses afastados do trabalho por transtornos mentais de 2010 a 2013. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1641-1650, maio, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002501641&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

BAGANTIN, E.; KITAMURA, S. História ocupacional. *Jus Brasil Pneumologia*. v. São Paulo, 32, n. 1, p. 12-16, 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jbpneu/v32s1/a03v32s1.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

BEZERRA, C. M.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. *Ciência e saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2135-2146, jun. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702135&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

BRANDÃO, C. Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador. 4 ed., São Paulo, p. 1-33, 2015. Disponível em:

<<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5267.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança no ambiente hospitalar. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/seguranca_hosp.pdf>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

_____. Lei nº 6.367 de 19 de Outubro de 1976. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6367.htm>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

_____. Lei nº 10.693, de 25 de Junho de 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.693.htm>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília - Presidência da República do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 07 de março de 2019.

_____. *Lei de benefícios da previdência social*, Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11357164/artigo-20-da-lei-n-8213-de-24-de-julho-de-1991>> Acesso em: 18 de maio de 2019.

_____. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da saúde, 2001, 290p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

_____. *Adoecimento ocupacional: um mal invisível e silencioso*. Brasília, p. 1-18, 2017. Disponível em: <<https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Cartilhas/Cartilha-doencas-ocupacionais.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. De 2019.

BONEZ, A.; MORO, E. D.; SEHNEM, S. B. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. *Psicologia Argumento*, Santa Catarina, v. 31, n. 74, nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20585>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BORSOI, I. C. F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Psicologia e Sociedade*, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 103-111, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326396014.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

BUDEL, D. G. O. Acidente do trabalho: caracterização, conceito e competência. *Revista Unifacs*, Brasil, n. 140, p. 1-26, 2012. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1930>> . Acesso em: 26 de nov. de 2019.

CAMARGO, M. L. Presenteísmo: denúncia do mal-estar nos contextos organizacionais de trabalho e de riscos à saúde do trabalhador. *Revista Laborativa*, v. 6, n. 1, p. 125-146, abr./2017. Disponível em: <<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

CAMPOS, J. C.; SOUZA, R. R. O adoecimento psíquico do agente penitenciário e o sistema prisional: *estudo de caso - Sete Lagoas*. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1760.pdf>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Análise da produção científica sobre a síndrome de burnout no Brasil. *Revista Psicologias*, Canoas, v. 39, n. 2, p. 152-158, abril/jun. 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161619>>. Acesso em: 09 de mar. de 2019.

CARLOTTO, M. S.; MICHELETTO, M. R. D. Psicologia da Saúde Ocupacional. *Revista Laborativa*. v. 3, n. 2, p. 64-72, out./2014. Disponível: <<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

ENGBRUCH, W.; SANTIS, B. M. A evolução histórica do sistema prisional e a penitenciária do estado de São Paulo. *Revista liberdades*, São Paulo, n.11. 18p. set./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcn_id=145>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. Manual de direito previdenciário. *Revista atual. e ampl.* Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em:

<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/4615/material/2197-Manual-de-Direito-Previdencirio-Carlos-Alberto-Pereira-de-Castro-2018.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

BRANDÃO, C. Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador. *Editora LTr*. 4. ed. São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5267.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. De 2019.

FERNANDES, M. A.; MARZIALE, M. H. P. Riscos ocupacionais e adoecimento de trabalhadores em saúde mental. *Acta Paul. Enferm.* v. 27, n. 6, p. 539-547, 2014.

Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3070/307032877008.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2019

FERREIRA, L. S.; PEIXOTO, N. H. *Segurança do trabalho I*. Santa Maria – RS: Ministério da Educação, 2012, 151p. Disponível em:

<http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/tec_seguranca/seg_trabalho/151012_seg_trab_i.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

FERREIRA, R. E.; MENEZES, L. C.; DIAS, J. C. Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte - MG. *Revista Brasileira Atividade Física e Saúde*, Belo Horizonte, v. 17, n.1. p. 57-63, 2012. Disponível em:

<<http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/529/528>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

FIGUEIRÓ, R. A. Cartografia do trabalho de agentes penitenciários: reflexões sobre o dispositivo “prisão”. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. Disponível

em:<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19884>>. Acesso em: 10 de set. de 2019

FONTELLES, *et al.* *Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa*. Scientific research methodology, Pará, 8p. fev. 2009. Disponível em:

<https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

GARRIDO, G, et al. Presenteísmo: causas e consequências de um mal subterrâneo. *Revista de Ciência da Administração.*, v. 19, n. 48, p. 54-67, agos. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2017v19n48p54>>. Acesso em: 03 de out. de 2019

GARUTTI, S.; OLIVEIRA, R. C. S. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. Maringá, 31p. maio, 2012. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_02/036.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

GUERRA, E. L. A. *Manual de pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014, 52p.

JACQUES, M. C. G. C. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. *Psicologia e Sociedade*, Rio Grande do Sul, v. 15, n.1, 20p. jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v15n1/v15n1a06.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

JASKOWIAK, C. R.; FONTANA, R. T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 68, n. 2, mar-abr., p. 235-243, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267040408008>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

KADOOKA, *et al.* Mundo contemporâneo do trabalho e adoecimento: considerações sobre as ler/DORT. *Revista Laborativa*. v. 2, n. 1, p. 15-26, abr./2013. Acesso em: 15 de out. De 2019.

KERBAUY, R. R. Comportamento e saúde: doenças e desafios. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 11-28, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Formação e atuação do psicólogo para o tratamento em saúde e em organizações de atendimento à saúde. *Revista ufpr*. p. 1-14, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download>>. Acesso em: 26 de nov. De 2019.

LACAZ, F. A. C. Trabalho e saúde em tempos de globalização. In: *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar*. Editora da Puc Goiás, p. 1-332, 2016. Disponível em: <<https://site.medicina.ufmg.br/osat/wp->

content/uploads/sites/72/2017/06/Livro-organiza%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-e-adoecimento-mpt21-06-2017.pdf>. Acesso em: 15 de out. De 2019.

LIMA, E. M. M. et al. Saúde dos agentes penitenciários no contexto Brasileiro. *Revista de enfermagem*, Recife, v. 12, n. 2, p. 510-519, fev. 2018.

LOURENÇO, A. S. O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072010-153506/en.php>>. Acesso em: 12 de set. de 2019.

LOURENÇO, L. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n. 10, p. 11-31, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7181>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

MACHADO, A. E. B. et al. Sistema penitenciário brasileiro: origem, atualidade e exemplos funcionais. *Revista do curso de direito*, São Paulo, v. 10, n. 10, 12p. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/4789>>. Acesso em: 19 de fev. de 2019.

MAGANINI, R. F. *Fatores de saúde, adoecimento e absenteísmo*: uma análise no ambiente prisional de São Francisco de Paula. 2015. 40p. Monografia (Graduação em Gestão Pública Municipal). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132333/000980866.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 de fev. de 2019.

MARQUES, G. S.; GIONGO, C. R.; RUCKERT, C. Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Revistas Unilasalle*. Canoas, n. 38, p. 89-98, ago. 2018. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo>>. Acesso em 11 de out. de 2019.

MIYAZAKI, M. C. O. S. et al. Psicologia da saúde: extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 29-53, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

MOLINA, C.; CALVO, E. A. Doenças ocupacionais: um estudo sobre o estresse em agentes penitenciários de uma unidade prisional. *Revista Intertemas Toledo Prudente*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 1-12, 2009. Disponível em:

<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2173/2342>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R. F. S. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais. 8. ed. São Paulo: *Saraiva*, 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UD9nDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=conceito+de+doen%C3%A7as+ocupacionais+&ots=vXt4nf-b2l&sig=oZ0MILbdnpoWeUHoaWAtqabr3yQ#v=onepage&q=conceito%20de%20doen%C3%A7as%20ocupacionais&f=false>>. Acesso em: 26 de nov. De 2019.

MORENO, C. R. C.; FISCHER, F. M.; ROTNBERG, L. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 17, n. 1, 13p. jan./mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000100005%20&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 de mar. de 2019.

MULLER, M. R.; GUIMARÃES, S. S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. *Estudos da psicologia*, Campinas, v. 24, n. 4, p. 519-528, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2007000400011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 de mar. de 2019.

MUSSI, C. M. Acidentes do Trabalho e seus Reflexos Previdenciários. *Lex. Editora Doutrina*. v. 6, n. 8, 2017. Disponível em: <<http://sentidounico.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Acidentes-do-Trabalho-e-seus-Reflexos-Previdenci%C3%A1rios-Lex-Doutrina-1.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

NEVES, G. S. M. L. *et al.* Transtornos do sono: visão geral. *Revista Brasileira Neurologia*, v. 49, n. 2, p. 57-71, 2013. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-8469/2013/v49n2/a3749.pdf>>. Acesso em: 01 de mar. de 2019.

OLIVEIRA, A. L. C. B., *et al.* Presenteísmo, fatores de risco e repercussões na saúde do trabalhador de enfermagem. *Revista Enfermagem*, v. 36, n. 1, p. 79-87, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n1/0121-4500-aven-36-01-00079.pdf>>. Acesso em: 03 de out. de 2019.

POLIZEL, R. B. B. Acidente do trabalho: responsabilidade civil do empregador e culpa exclusiva do empregado. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/6384/1/Rosana%20Boscariol%20Bataini%20Polizel.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

PORTE, C. S. *Doenças ocupacionais e profissionais*. 2013. 34p. Monografia (Graduação em Administração). Fundação Educacional do Município de Assis, Assis. 2013 Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011261355.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

RANGEL, M. G. R. *Terapia analítico-comportamental de um paciente com diagnóstico de insuficiência renal crônica terminal e depressão: um estudo de caso*. 2008. 199p. Monografia (Graduação em Psicologia). Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares. 2008. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/3110925/joao-carlos-muniz-martinelli>>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

RAYCIK, L. Percepções de gestores e geridos sobre o presenteísmo de trabalhadores. 2012. Dissertação (Pós-graduação em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100391/313867.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 de out. de 2019

REICHERT, F. F. et al. Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina – PR. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*. Londrina, v. 12, n. 3, p. 4-11, 2007. Disponível em: <<http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/808>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

REINERT, F.; VERGARA, L. G. L.; GONTIJO, L. A. Percepção das condições de trabalho e saúde pelos agentes penitenciários do presídio masculino de Florianópolis/SC. *Revista Ação Ergonômica*. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 178-193, 2019. Disponível em: <<http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/491/731731755>>. Acesso em 11 de out. de 2019.

RIBEIRO, et al. O adoecer pelo trabalho na enfermagem: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem. USP*. v. 46, n. 2, p. 495-504, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3610/361033316031.pdf>>. Acesso em: 04 de set. de 2019

ROCHA, S. H.; BUSSINGUER, E. C. A. A invisibilidade das doenças mentais ocupacionais no mundo contemporâneo do trabalho. *Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 1104-1122, set./dez. 2016. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

ROSA, M. A. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. 2007. (Monografia em Direito). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. Disponível em:

<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30698/M%20915.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicologia, Ciência e Profissão*. v. 26, n.4, p. 570-581, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a05.pdf>>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

RUMIN, C. R. et al. O Sofrimento Psíquico no Trabalho de Vigilância em Prisões. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 188-199, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021809016>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

RUMIN, C. R.; SOUZA, J. C. O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional. *Transformação Psicologia (Online)*. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/transpsi/v3n1/a04.pdf>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

SANTANA, M. J.; CRUZ, R. M. Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho dos Agentes Penitenciários do Estado de Santa Catarina. *IsmaBrasil*. 2019. Disponível em: <<http://www.ismabrasil.com.br/trabalho/38>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

SANTOS, D. C. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 34-38, 2010. Disponível em: <http://www.anamt.org.br/site/arquivos/meus_arquivos/arquivos/meu_arquivo/m4cbf4e46b00e6.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

SANTOS, L. C.; et al. Transtornos do ciclo vigília-sono/circadiano – uma revisão de literatura. *Revista Clínica Brasileira*. Ipatinga, v. 7, n. 2. jun./ago. 2014. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140702_165353.pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2019.

SANTOS, M. M. Agente penitenciário: trabalho no cárcere. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17464>>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

SANTIAGO, E., et al. O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 161-175,

2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i2p161-175>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

SATO, L.; LACAZ, F. A. C.; BERNARDO, M. H. Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na saúde pública de São Paulo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 11, n. 3, p. 281-288. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000300005>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

SCARTAZZINI, L. Entre grades e cadeados: a condição psicossocial do agente penitenciário em exercício na mesorregião da grande Florianópolis. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132743>>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

SCARTAZZINI, L.; BORGES, L. M. Condição psicossocial do agente penitenciário: uma revisão teórica. *Academia Paulista Psicologia*, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 45-53, jan. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 de out. 2019.

SEABRA, A. P. P. C. Síndrome de burnout e a depressão no contexto da saúde ocupacional. 2008. Dissertação (Doutorado em Ciências da Saúde Mental). Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. 2008. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19388/2/Tesefinal.pdf>>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

SILVA, J. R. P. et al. Custo humano no trabalho de agentes penitenciários. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, Itapetinga, v. 3, n. 6, p. 112-124, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/461/460>>. Acesso em: 11 de out. de 2019.

SILVA, L. G. Análise histórica do sistema penitenciário: subsídios para a busca de alternativas à humanização do sistema prisional. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,analise-historica-do-sistema-penitenciario-subsidios-para-a-busca-de-alternativas-a-humanizacao-do-sistema-pri,40751.html>> Acesso em: 20 de fev. de 2019.

TEIXEIRA, J. A. C. Psicologia da saúde. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 3, n. 23, p. 441-448. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v22n3/v22n3a02.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2019.

TIMBÓ, M. S. M; EUFRÁSIO, C. A. F. O meio ambiente do trabalho saudável e suas repercussões no Brasil e no mundo, a partir de sua evolução histórica. *Pensar*, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 344-366, jul./dez. 2009. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

TRIGO, T. R. et al. Síndrome de *burnout* ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. *Revista Psiquiátrica em Clínica*. São Paulo, vol. 34, n. 5, p. 223-233, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/acp/article/view/17089>>. Acesso em: 09 de mar. de 2019.

TORRES, A. R. A. *et al.* O adoecimento no trabalho: repercussões na vida do trabalhador e de sua família. *Sanare, Sobral*, v.10, n.1, p.42-48, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/142/134>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

TSCHIEDEL, R. M. O trabalho prisional e suas implicações na saúde mental dos agentes de segurança penitenciária. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Vale dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4803>>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

TSCHIEDEL, R. M.; MONTEIRO, J. K. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia*. Rio Grande do Norte, v. 18, n. 3, jul.-set. p. 527-535, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26128793013>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TABELA: DISTRIBUIÇÃO DA REVISTA, CONFORME ÁREA DO CONHECIMENTO

PERIÓDICO/LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO					
	Administração	Ciência política e sociologia	Ciências da saúde	Psicologia	Segurança pública e justiça criminal	Total
Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	0	0	0	1	0	1
DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social	0	1	0	0	0	1
IsmaBrasil	0	0	0	1	0	1
Psicologado artigos	0	0	0	1	0	1
Revista Ação Ergonômica	0	0	1	0	0	1
Revista Boletim Academia Paulista de Psicologia	0	0	0	1	0	1
Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	0	0	1	0	0	1
Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	0	0	1	0	0	1
Revista Brasileira de Enfermagem	0	0	1	0	0	1
Revista Brasileira de Iniciação Científica	0	0	1	0	0	1
Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	0	0	0	1	0	1
Revista Ciência e saúde coletiva	0	0	1	1	0	2
Revista de enfermagem	0	0	1	0	0	1
Revista Estudos de Psicologia	0	0	0	1	0	1
Revista Intertemas Toledo Prudente	1	0	0	0	0	1
Revista Psicologia argumento	0	0	0	1	0	1
Revista Psicologia e Saúde	0	0	0	1	0	1
Revista Psicologia, Ciência e profissão	0	0	0	2	0	2
Revista TransForm. Psicol. (Online)	0	0	0	1	0	1
Revista Unilasalle	0	0	0	1	0	1
XXXV EnANPAD 2011	0	0	0	0	1	1
Total	1	1	7	13	1	23

	Revista TransForm. Psicol. (Online)				1									1
	Revista Unilasalle											1		1
SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL	XXXV EnANPAD 211					1								1
	TOTAL	1	1	1	3	2	1	1	2	3	2	4	2	23